



# Política de Investimentos Para o Exercício de 2021

PORTOPREV - PORTO FELIZ/SP  
Setembro/2021

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Mury', 'A. G.', and 'A.'.*

**SUMÁRIO**

<b>SUMÁRIO</b> .....	2
1. INTRODUÇÃO .....	3
2. OBJETIVOS .....	3
3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PARA TOMADA DE DECISÕES DE INVESTIMENTOS E COMPETÊNCIAS .....	4
Do Conselho de Gestão .....	4
Do Conselho Fiscal .....	5
Da Superintendência .....	5
Do Comitê de Investimentos .....	7
4. DIRETRIZES DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS .....	7
4.1. Segmentos de Aplicação .....	7
4.2. Objetivos da Gestão da Alocação .....	8
4.3. Faixas de Alocação de Recursos .....	8
4.3.1. Segmento de Renda Fixa .....	8
4.3.2. Segmento de Renda Variável (Brasil) .....	9
4.3.3. Segmento de Renda Variável (Exterior) .....	9
4.4. Metodologia de Gestão da Alocação .....	10
4.5. Cenário .....	10
5. DIRETRIZES PARA GESTÃO DOS SEGMENTOS .....	11
5.1. Metodologias de Seleção dos Investimentos .....	11
5.2 - Segmento de Renda Fixa .....	11
5.3 - Segmento de Renda Variável (Brasil) .....	11
5.4 - Segmento de Renda Variável (Exterior) .....	11
6. GESTÃO DE RISCO .....	12
6.1. Risco de mercado .....	12
6.1.1. VaR .....	12
6.2. Risco de Crédito .....	122
6.2.1. Abordagem Qualitativa .....	122
6.3. Risco de Liquidez .....	14
A. Indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações (Passivo) .....	14
B. Redução de demanda de mercado (Ativo) .....	144
6.4. Risco Operacional .....	15
6.5. Risco Legal .....	16
6.6. Risco Sistemico .....	16
7. CERTIFICAÇÃO .....	16
8. ANEXOS .....	17
ANEXO I .....	188
ANEXO I .....	19





## 1. INTRODUÇÃO

Trata-se da primeira alteração à Política de Investimentos do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Porto Feliz/SP – PORTOPREV, para o exercício 2021 e visa adequar a meta atuarial a ser atingida ao índice definido no cálculo atuarial data focal 31/12/2020.

O citado cálculo atuarial (documento anexo), em sua página 27, traz as seguintes informações acerca da taxa de juros: Inicialmente, cumpre informar a taxa de desconto de 5,87% ao ano, estabelecida na política de investimentos para 2021. Adicionalmente, observada a duração do passivo (duration), apurada em 17,79 anos, com base nos fluxos atuariais estimados no encerramento do exercício anterior, tem-se como taxa de juros parâmetro, estabelecida na Portaria nº 12.233, de 14 de maio de 2020, o percentual de 5,42% ao ano.

Ressalte-se que na definição da hipótese atuarial, este percentual (5,42% ao ano) foi o adotado.

Dessa forma, fica alterado o Item 2 – Objetivos – passando de 5,87% para 5,42% a taxa de rentabilidade real para a carteira de investimentos do PORTOPREV.

No mais, a PI enviada à Secretaria de Previdência em 23/12/2020 para o exercício 2021, permanece inalterada em seus demais itens.

## 2. OBJETIVOS

A Política de Investimentos tem o papel de delimitar os objetivos do PORTOPREV em relação à gestão de seus ativos, facilitando a comunicação dos mesmos aos órgãos reguladores do Sistema Previdenciário e aos seus participantes. A presente busca se adequar às mudanças ocorridas no âmbito do Sistema de Previdência dos Regimes Próprios e às mudanças advindas do próprio mercado financeiro.

É um instrumento que proporciona ao PORTOPREV uma melhor definição das diretrizes básicas, dos limites de risco e rentabilidade a que serão expostos os conjuntos de investimentos. Tratará, ainda, o presente documento da rentabilidade mínima a ser buscada pelos gestores, da adequação da carteira aos ditames legais e da estratégia de alocação de recursos até 31/12/2021.



No intuito de alcançar determinada taxa de rentabilidade real (5,42% a.a.) para a carteira do RPPS, a estratégia de investimento utilizada será principalmente a aplicação em renda fixa e em renda variável que poderá ser revista a qualquer momento pelos Conselhos de Gestão, Fiscal e Comitê de Investimentos, através de análise e estudo de mercado.

Sempre serão considerados a preservação do capital, os níveis de risco adequados ao perfil do RPPS, a taxa esperada de retorno, os limites legais e operacionais, a liquidez adequada dos ativos, traçando-se uma estratégia de investimentos, não só focada no curto e médio prazo, mas, principalmente, no longo prazo.

Conclui-se que o objetivo da gestão é garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e obrigações do RPPS através do atingimento da meta atuarial de 5,42% a.a. + IPCA.

### **3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PARA TOMADA DE DECISÕES DE INVESTIMENTOS E COMPETÊNCIAS**

A estrutura organizacional do RPPS compreende os seguintes órgãos para tomada de decisões de acordo com as Leis Complementares n.º 60, de 06 de dezembro de 2004 e Lei Complementar n.º 170, de 08 de julho de 2015 e alterações posteriores:

- Conselho de Gestão;
- Conselho Fiscal;
- Superintendência; e
- Comitê de Investimentos.

Configuram atribuições dos órgãos mencionados nos subitens anteriores, dentre outras contidas no Estatuto e demais normas da entidade:

#### ***Do Conselho de Gestão***

- I. Elaborar e aprovar o seu regimento interno;
- II. Eleger o seu presidente;
- III. Decidir sobre qualquer questão administrativa e financeira que lhe seja submetida pelo Diretor do Instituto ou pelo Conselho Fiscal;





- IV. Julgar os recursos interpostos das decisões do Conselho Fiscal e dos atos do Diretor do Instituto, não sujeitos a revisão daquele;
- V. Apreciar sugestões e encaminhar medidas tendentes a introduzir modificações na presente lei, bem como resolver os casos omissos;
- VI. Estabelecer e normatizar as diretrizes gerais do PORTOPREV;
- VII. Examinar e emitir parecer conclusivo sobre propostas de alteração da política previdenciária do Município;
- VIII. Acompanhar e fiscalizar a aplicação da legislação pertinente ao Regime Próprio de Previdência Social;
- IX. Aprovar diretrizes de atuação, contrato de gestão, orçamento, plano de contas;
- X. Aprovar política de investimentos;
- XI. Aprovar parecer atuarial do exercício e análise dos planos de custeio;
- XII. Aprovar balancetes mensais, balanços, contas e relatórios anuais;
- XIII. Aprovar a aceitação, aquisição e alienação de bens;
- XIV. Fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais.

#### ***Do Conselho Fiscal***

- I. Elaborar e aprovar seu regimento interno;
- II. Eleger seu presidente;
- III. Acompanhar a execução orçamentária e emitir pareceres sobre todas as demonstrações contábeis e financeiras do PORTOPREV;
- IV. Julgar os recursos interpostos por segurados e dependentes dos despachos atinentes a processos de benefícios;
- V. Fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais;
- VI. Comunicar ao Conselho de Gestão os fatos relevantes apurados.

#### ***Da Superintendência***

- I. Representar o PORTOPREV em todos os atos e perante quaisquer autoridades;

*Handwritten signatures and initials:*  
w  
d  
fi  
A.  
5



- II. Comparecer às reuniões do Conselho de Gestão, sem direito a voto;
- III. Cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho de Gestão;
- IV. Propor, para aprovação do Conselho de Gestão, aumento no quadro de pessoal do PORTOPREV;
- V. Implementar a política de Recursos Humanos, nomear, admitir, contratar, prover, transferir, exonerar, demitir ou dispensar os servidores do PORTOPREV;
- VI. Apresentar balancetes mensais ao Conselho Fiscal;
- VII. Despachar e decidir os processos de habilitação a benefícios;
- VIII. Movimentar as contas bancárias do PORTOPREV conjuntamente com o Chefe de Administração e Finanças e Benefícios do Instituto e o presidente do Conselho de Gestão;
- IX. Fazer delegação de competência aos gerentes de órgãos executivos do PORTOPREV;
- X. Indicar ao Conselho de Gestão o substituto para os seus impedimentos eventuais, dentre os funcionários do Portoprev;
- XI. Elaborar o orçamento, ordenar despesas e praticar todos os demais atos de administração;
- XII. Em sendo advogado, exercer a função de consultoria e assessoria jurídica do Instituto;
- XIII. Fixar orientação jurídico-normativa, que será cogente para a administração do Instituto;
- XIV. Promover a inscrição e a cobrança judicial da dívida ativa previdenciária;
- XV. Representar o Instituto perante os Tribunais, acompanhado do presidente do Conselho de Gestão;
- XVI. Opinar em todos os processos de concessão de benefícios;
- XVII. Promover os processos administrativo-disciplinares, nos termos da lei;
- XVIII. Supervisionar os serviços de ordem fiscal;
- XIX. Selecionar a contratação de gestores de ativos;
- XX. Processar e conceder os benefícios previdenciários;
- XXI. Gerir os serviços terceirizados.



***Do Comitê de Investimentos***

- I. Discutir e elaborar a Política Anual de Investimentos através de estudos e análises do cenário econômico-financeiro;
- II. Formular propostas para a gestão eficiente das aplicações financeiras observando a legislação pertinente;
- III. Assegurar o enquadramento dos ativos de acordo com as Resoluções do Conselho Monetário Nacional;
- IV. Realizar visitas técnicas às instituições financeiras credenciadas ou candidatas ao credenciamento;
- V. Apresentar ao Conselho de Gestão as Instituições Financeiras e seus produtos após a devida e fundamentada análise;
- VI. Emitir parecer quanto à escolha de novas instituições financeiras, observando a legislação vigente, concernente ao credenciamento das mesmas;
- VII. Reavaliar as estratégias de investimentos, em decorrência da previsão ou ocorrência de fatos conjunturais relevantes que venham direta e indiretamente influenciar os mercados financeiros e de capitais;
- VIII. Encaminhar as propostas do Comitê de Investimentos para deliberação final do Conselho de Gestão.

***4. DIRETRIZES DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS******4.1. Segmentos de Aplicação***

Esta política de investimentos se refere à alocação dos recursos da entidade em cada um dos seguintes segmentos de aplicação, conforme definidos na legislação:

- Segmento de Renda Fixa;
- Segmento de Renda Variável;
- Segmento de investimentos no Exterior;

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right side of the page, including the letters 'bi', 'A.', and a circled '7'.



#### 4.2. Objetivos da Gestão da Alocação

A gestão da alocação entre os Segmentos tem o objetivo de garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações do RPPS, através da superação da taxa da meta atuarial (TMA) cujo indexador é o IPCA e taxa de juros de 5,42% a.a. Além disso, ela complementa a alocação estratégica, fazendo as alterações necessárias para adaptar a alocação de ativos às mudanças no mercado financeiro.

Neste Instituto a gestão dos investimentos será própria durante o exercício de 2021. Qualquer alteração dependerá de justificativa e aprovação dos Conselhos de Gestão, Fiscal e do Comitê de Investimentos, bem como de toda a publicidade exigida na Resolução CMN 3.922/2010.

A meta de rentabilidade definida neste item está aderente ao perfil da carteira de investimentos e das obrigações do plano.

Verificamos que a meta atuarial do PORTOPREV se comportou da seguinte forma nos últimos anos:

2017: 9,12%

2018: 9,92%

2019: 10,59%

2020: 10,63%

Verificamos ainda que a rentabilidade da carteira nos últimos três anos está aderente à meta de rentabilidade escolhida, conforme o histórico abaixo (percentuais acima da meta estabelecida):

2017: 12,81%

2018: 11,54%

2019: 19,09 %

2020: 6,70%

#### 4.3. Faixas de Alocação de Recursos

##### 4.3.1. Segmento de Renda Fixa

As aplicações dos recursos do RPPS em ativos de renda fixa poderão ser feitas pelos seguintes meios:





- Títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), enquadrados no art. 7º, I, "a" da Resolução CMN 3.922/2010;
- Fundos de Investimentos, cuja carteira seja composta por títulos do Tesouro Nacional, enquadrados no art. 7º, I, "b" da Resolução CMN 3.922/2010; e
- Fundos de Renda Fixa, enquadrados no art. 7º, IV, "a" da Resolução CMN 3.922/2010.

#### **4.3.2. Segmento de Renda Variável (Brasil)**

As aplicações dos recursos do RPPS em ativos de renda variável poderão ser feitas pelos seguintes meios:

- Fundos de investimentos classificados como multimercado, enquadrados no art. 8º, III da Resolução CMN 3.922/2010;
- Fundos de investimentos de ações referenciados enquadrados no art. 8º, I, a, da Resolução CMN 3.922/2010;
- Fundos de investimentos de índices referenciados em ações enquadrados no art. 8º, I, b, da Resolução CMN 3.922/2010;
- Fundos de investimentos em ações enquadrados no art. 8º, II, a, da Resolução CMN 3.922/2010; e
- Fundos de investimentos de índices de ações enquadrados no art. 8, II, b, da Resolução CMN 3.922/2010;

#### **4.3.3. Segmento de Renda Variável (Exterior)**

As aplicações dos recursos do RPPS em ativos de investimentos no exterior poderão ser feitas pelos seguintes meios:

- Fundos de investimentos classificados como multimercado, enquadrados no art. 8º, III da Resolução CMN 3.922/2010;
- Fundos de investimentos enquadrados no art. 9º, a, III, da Resolução CMN 3.922/2010.



**4.4. Metodologia de Gestão da Alocação**

A definição estratégica da alocação de recursos no segmento acima identificado foi feita com base nas expectativas de retorno de cada segmento de ativos.

Os cenários de investimento foram traçados a partir das perspectivas para o quadro nacional e internacional, da análise do panorama político e da visão para a condução da política econômica e do comportamento das principais variáveis econômicas. As premissas serão revisadas periodicamente e serão atribuídas probabilidades para a ocorrência de cada um dos cenários.

**4.5. Cenário**

A expectativa de retorno dos investimentos passa pela definição de um cenário econômico que deve levar em consideração as possíveis variações que os principais indicadores podem sofrer.

O cenário utilizado corresponde ao Boletim Focus (20/08/2021) que representa a média das expectativas dos principais agentes de mercado.

Mediana Agregado	2021					2022					2023					2024				
	10-1	10-1	10-1	Comp. Anual	Resp. 11	10-1	10-1	10-1	Comp. Anual	Resp. 11	10-1	10-1	10-1	Comp. Anual	Resp. 11	10-1	10-1	10-1	Comp. Anual	Resp. 11
IPCA (%)	6,54	7,05	7,18	▲ (20)	123	8,89	9,31	9,51	▲ (5)	122	1,07	1,23	1,31	▲ (6)	112	1,26	1,30	1,30	▲ (4)	91
IPCA (atrasalhões últimos 3 dias úteis, %)	6,67	7,12	7,18	▲ (20)	58	8,39	8,62	8,97	▲ (6)	68	1,06	1,23	1,31	▲ (6)	116	1,26	1,30	1,30	▲ (4)	88
PIS (% de crescimento)	5,29	6,38	5,27	▼ (25)	84	2,59	2,94	2,89	▼ (1)	29	6,69	7,24	7,18	▲ (1)	28	1,39	2,59	2,59	▲ (1)	55
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	5,09	5,12	5,18	▲ (3)	109	6,29	6,90	6,98	▲ (10)	105	6,99	7,10	7,10	▲ (1)	109	6,99	6,99	6,99	▲ (1)	75
Meta Taxa Selic - fim de período (% a.a.)	7,00	7,00	7,19	▲ (1)	122	7,99	7,90	7,59	▲ (1)	121	6,50	6,59	6,70	▲ (2)	89	6,10	6,59	6,59	▲ (1)	85
IGPM (%)	10,00	10,49	10,32	▲ (20)	79	6,67	6,67	6,60	▲ (5)	23	6,99	7,30	7,30	▲ (2)	25	1,19	1,27	1,27	▲ (1)	36
Índice Administrado (%)	10,15	11,00	11,89	▲ (1)	54	6,50	6,50	6,49	▲ (1)	51	6,99	7,30	7,30	▲ (2)	25	1,19	1,26	1,26	▲ (1)	39
Produção Industrial (Reajuste Mensal)	6,21	6,41	6,48	▲ (2)	11	2,20	2,19	2,18	▲ (1)	162	1,90	2,01	2,06	▲ (2)	116	2,50	2,50	2,50	▲ (1)	10
Conta Corrente (US\$ bilhões)	9,25	8,80	8,89	▲ (1)	48	14,38	14,48	14,11	▲ (1)	30	11,80	12,50	12,19	▲ (1)	10	17,00	17,00	17,00	▲ (1)	14
Reserva Comercial (R\$ bilhões)	69,28	69,70	70,09	▲ (3)	29	63,08	62,88	63,56	▲ (1)	30	66,00	66,50	67,00	▲ (1)	16	66,00	66,00	66,00	▲ (1)	12
Investimento Direto no País (US\$ bilhões)	11,50	14,80	14,80	▲ (1)	20	17,50	16,99	16,88	▲ (1)	30	10,00	11,00	11,00	▲ (1)	10	10,00	10,00	10,00	▲ (1)	14
Dívida Líquida do Setor Público (R\$ do PIB)	41,38	41,50	41,50	▲ (0)	21	41,50	41,50	41,50	▲ (1)	20	41,50	41,50	41,50	▲ (1)	10	41,50	41,50	41,50	▲ (1)	12
Resultado Primário (% do PIB)	-2,00	-1,80	-1,24	▲ (2)	25	1,50	1,20	1,20	▲ (1)	25	0,94	-0,10	-0,10	▲ (2)	20	0,40	0,40	0,40	▲ (2)	17
Resultado Realizado (% do PIB)	-6,40	-6,10	-6,20	▲ (2)	22	-6,10	-6,10	-6,04	▲ (1)	20	-5,50	-5,50	-5,50	▲ (2)	20	-5,20	-5,20	-5,20	▲ (2)	13

\* Fonte: Boletim de Indicadores Econômicos, Financeiros e de Mercado do Brasil. 1. Taxa Selic (do Mercado Aberto). 2. Taxa Selic (do Mercado Aberto). 3. Taxa Selic (do Mercado Aberto). 4. Taxa Selic (do Mercado Aberto). 5. Taxa Selic (do Mercado Aberto). 6. Taxa Selic (do Mercado Aberto). 7. Taxa Selic (do Mercado Aberto). 8. Taxa Selic (do Mercado Aberto). 9. Taxa Selic (do Mercado Aberto). 10. Taxa Selic (do Mercado Aberto). 11. Taxa Selic (do Mercado Aberto). 12. Taxa Selic (do Mercado Aberto). 13. Taxa Selic (do Mercado Aberto). 14. Taxa Selic (do Mercado Aberto). 15. Taxa Selic (do Mercado Aberto). 16. Taxa Selic (do Mercado Aberto). 17. Taxa Selic (do Mercado Aberto). 18. Taxa Selic (do Mercado Aberto). 19. Taxa Selic (do Mercado Aberto). 20. Taxa Selic (do Mercado Aberto). 21. Taxa Selic (do Mercado Aberto). 22. Taxa Selic (do Mercado Aberto). 23. Taxa Selic (do Mercado Aberto). 24. Taxa Selic (do Mercado Aberto). 25. Taxa Selic (do Mercado Aberto). 26. Taxa Selic (do Mercado Aberto). 27. Taxa Selic (do Mercado Aberto). 28. Taxa Selic (do Mercado Aberto). 29. Taxa Selic (do Mercado Aberto). 30. Taxa Selic (do Mercado Aberto). 31. Taxa Selic (do Mercado Aberto). 32. Taxa Selic (do Mercado Aberto). 33. Taxa Selic (do Mercado Aberto). 34. Taxa Selic (do Mercado Aberto). 35. Taxa Selic (do Mercado Aberto). 36. Taxa Selic (do Mercado Aberto). 37. Taxa Selic (do Mercado Aberto). 38. Taxa Selic (do Mercado Aberto). 39. Taxa Selic (do Mercado Aberto). 40. Taxa Selic (do Mercado Aberto). 41. Taxa Selic (do Mercado Aberto). 42. Taxa Selic (do Mercado Aberto). 43. Taxa Selic (do Mercado Aberto). 44. Taxa Selic (do Mercado Aberto). 45. Taxa Selic (do Mercado Aberto). 46. Taxa Selic (do Mercado Aberto). 47. Taxa Selic (do Mercado Aberto). 48. Taxa Selic (do Mercado Aberto). 49. Taxa Selic (do Mercado Aberto). 50. Taxa Selic (do Mercado Aberto).

De acordo com as projeções atuais dos economistas e participantes de mercado, teremos ao longo deste ano aceleração da inflação, aumento dos juros que estavam em um patamar historicamente baixo. No mais, há uma constatação de incerteza sobre a possibilidade de uma retomada do crescimento econômico, considerando os efeitos da variante delta (covid-19) e a dificuldade de superação da crise fiscal por conta de crises políticas/institucionais que dificultam reformas legislativas fundamentais pelo Congresso Nacional, tais como as reformas

*Handwritten notes and signatures:*  
w  
Di  
A.  
10





administrativa e tributária (com aumento na pressão fiscal), assim como melhor dimensionamento de programas sociais (sem aumento de gastos).

A combinação destes fatores - taxas mais baixas nos títulos públicos e boas perspectivas para a atividade econômica brasileira, indica que a carteira do Portoprev deveria buscar uma maior diversificação nos segmentos de investimentos, de modo a assegurar a atingimento meta atuarial.

## **5. DIRETRIZES PARA GESTÃO DOS SEGMENTOS**

### **5.1. Metodologias de Seleção dos Investimentos**

As estratégias e carteiras dos segmentos de renda fixa e renda variável serão definidas, periodicamente, pelos Órgãos do Instituto através de estudos e análise de mercado.

### **5.2 - Segmento de Renda Fixa**

#### **Ativos Autorizados**

No segmento de Renda Fixa, a alocação dos recursos dos planos de benefícios do RPPS deverá restringir-se aos ativos e limites estipulados pela Resolução CMN 3.922/2010, conforme anexo I.

### **5.3 - Segmento de Renda Variável (Brasil)**

#### **Ativos autorizados**

No segmento de Renda Variável, a alocação dos recursos dos planos de benefícios do RPPS deverá restringir-se aos ativos e limites estipulados pela Resolução CMN 3.922/2010, conforme anexo I.

### **5.4 - Segmento de Renda Variável (Exterior)**

#### **Ativos autorizados**

No segmento de Investimentos no exterior, a alocação dos recursos dos planos de benefícios do RPPS deverá restringir-se aos ativos e limites estipulados pela Resolução CMN 3.922/2010, conforme anexo I.



## 6. GESTÃO DE RISCO

Em linha com o que estabelece a Resolução CMN nº 3.922/2010 e alterações, este tópico estabelece quais serão os critérios, parâmetros e limites de gestão de risco dos investimentos. O objetivo deste tópico é demonstrar a análise dos principais riscos destacando a importância de estabelecer regras que permitam identificar, avaliar, mensurar, controlar e monitorar os riscos aos quais os recursos do plano estão expostos, entre eles os riscos de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, legal, terceirização e sistêmico.

### 6.1. Risco de mercado

O acompanhamento do risco de mercado será feito através do cálculo do VaR (Value a Risk) por cota, que estima, com base nos dados históricos de volatilidade dos ativos presentes na carteira analisada, a perda máxima esperada.

#### 6.1.1. VaR

Para o consolidado dos segmentos, o controle de risco de mercado será feito por meio do cálculo do VaR por cota, com o objetivo do Portoprev controlar a volatilidade da cota do plano de benefícios.

O controle de riscos (VaR) será feito de acordo com os seguintes limites:

MANDATO	LIMITE
Renda Fixa	5 %
Renda Variável	20 %
Investimento no exterior	20 %

### 6.2. Risco de Crédito

#### 6.2.1. Abordagem Qualitativa

O PORTOPREV utilizará para essa avaliação de risco de crédito os ratings atribuídos por agência classificadora de risco de crédito atuante no Brasil.





Para checagem do enquadramento, os títulos privados devem, a princípio, ser separados de acordo com suas características a seguir:

ATIVO	RATING EMISSOR	RATING EMIÇÃO
Títulos emitidos por instituição não financeira	X	X
FIDC (Cotas Sêniores)		X
Títulos emitidos por instituição financeira	X	

Os títulos emitidos por instituições não financeiras podem ser analisados pelo rating de emissão ou do emissor. No caso de apresentarem notas distintas entre estas duas classificações, será considerado, para fins de enquadramento, o pior rating.

Posteriormente, é preciso verificar se o papel possui rating por uma das agências elegíveis e se a nota é, de acordo com a escala da agência, igual ou superior à classificação mínima apresentada na tabela a seguir.

AGÊNCIA	FIDC	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INSTITUIÇÃO NÃO FINANCEIRA
<b>PRAZO</b>	-	<b>Longo prazo</b>	<b>Longo prazo</b>
Standard & Poors	brA-	brA-	brA-
Moody's	A3.br	A3.br	A3.br
Fitch Ratings	A-(bra)	A-(bra)	A-(bra)
SR Ratings	brA	brA	brA
Austin Rating	brAA	brAA	brAA

Os investimentos que possuem rating igual ou superior às notas indicadas na tabela serão enquadrados na categoria grau de investimento, desde que observadas as seguintes condições:

- Os títulos que não possuem rating pelas agências elegíveis (ou que tenham classificação inferior às que constam na tabela) devem ser enquadrados na categoria grau especulativo;



- Caso duas agências elegíveis classifiquem o mesmo papel, será considerado, para fins de enquadramento, o pior rating;
- No caso de ativos de crédito que possuam garantia do Fundo Garantidor de Crédito - FGC, será considerada como classificação de risco de crédito a classificação dos ativos semelhantes emitidos pelo Tesouro Nacional, desde que respeitados os devidos limites legais;
- O enquadramento dos ativos de crédito será feito com base no rating vigente na data da verificação da aderência das aplicações à política de investimento.

No ato do Credenciamento de cada um dos gestores dos fundos de investimentos, também será verificado o rating de Gestão de cada um deles.

### **6.3. Risco de Liquidez**

O risco de liquidez pode ser dividido em duas classes:

- A. Possibilidade de indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações (Passivo);
- B. Possibilidade de redução da demanda de mercado (Ativo).

Os itens a seguir detalham as características destes riscos e a forma como eles serão geridos:

#### **A. Indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações (Passivo)**

A gestão do risco de indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações depende do planejamento estratégico dos investimentos do plano. A aquisição de títulos ou valores mobiliários com prazo ou fluxos incompatíveis com as necessidades do plano pode gerar um descasamento.

#### **B. Redução de demanda de mercado (Ativo)**

A segunda classe de risco de liquidez pode ser entendida como a possibilidade de redução ou inexistência de demanda pelos títulos e valores mobiliários integrantes





da carteira. A gestão deste risco será feita com base no percentual da carteira que pode ser negociada.

O controle do risco de liquidez de demanda de mercado será feito por meio dos limites da tabela abaixo, onde será analisado o curto (de 0 a 30 dias), médio (de 30 dias a 365 dias) e longo prazo (acima de 365 dias).

HORIZONTE	PERCENTUAL MÍNIMO DA CARTEIRA
De 0 a 30 dias	100%
De 31 dias a 365 dias	0%
Acima de 365 dias	0%

#### **6.4. Risco Operacional**

Risco Operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Dessa forma a gestão desse risco será a implementação de ações que garantam a adoção de normas e procedimentos de controles internos, alinhados com a legislação aplicável. Dentre os procedimentos de controle podem ser destacados:

- A definição de rotinas de acompanhamento e análise dos relatórios de monitoramento dos riscos descritos nos tópicos anteriores;
- O estabelecimento de procedimentos formais para tomada de decisão de investimentos;
- Acompanhamento da formação, desenvolvimento e certificação dos participantes do processo decisório de investimento; e
- Formalização e acompanhamento das atribuições e responsabilidade de todos os envolvidos no processo planejamento, execução e controle de investimento.

Cabe mencionar que o Portoprev ainda não realizou sua adesão ao Programa de Modernização PRÓ-GESTÃO RPPS.



### 6.5. Risco Legal

O risco legal está relacionado a não conformidade com normativos internos e externos, podendo gerar perdas financeiras procedentes de autuações, processos judiciais ou eventuais questionamentos.

O controle dos riscos dessa natureza, que incidem sobre atividades de investimentos, será feito por meio:

- De reuniões junto à empresa de consultoria financeira devidamente qualificada e contratada para auxiliar na realização de relatórios que permitam verificar a aderência dos investimentos às diretrizes da legislação em vigor e à política de investimento, realizados com periodicidade bimestral e analisados pelos Conselhos do Portoprev;
- Da utilização de pareceres jurídicos para contratos com terceiros, quando necessário.

### 6.6. Risco Sistêmico

O risco sistêmico se caracteriza pela possibilidade de que o sistema financeiro seja contaminado por eventos pontuais, como a falência de um banco ou de uma empresa. Apesar da dificuldade de gerenciamento deste risco, ele não deve ser relevado. É importante que ele seja considerado em cenários, premissas e hipóteses para análise e desenvolvimento de mecanismos de antecipação de ações aos eventos de risco.

Para tentar reduzir a suscetibilidade dos investimentos a esse risco, a alocação dos recursos deve levar em consideração os aspectos referentes à diversificação de setores e emissores, bem como a diversificação de gestores externos de investimento, visando a mitigar a possibilidade de inoperância desses prestadores de serviço em um evento de crise.

## 7. CERTIFICAÇÃO

Os membros do Comitê de Investimentos - órgão auxiliar no processo decisório - responsável pela discussão e elaboração da minuta da Política de Investimentos,





nos termos do inciso I, do artigo 2º, do Decreto nº 7557, de 2015, a ser aprovada ou reprovada pelo Conselho de Gestão, nos termos do inciso X, do artigo 78, da Lei Complementar nº 60, de 2004 encontram-se certificados pela APIMEC (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais) e ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais).

**8. ANEXOS**

- Anexo I: Objetivo de alocação dos investimentos para 2021.
- Anexo II: Aprovação dos Conselhos de Gestão, Fiscal e Comitê de Investimentos da Política de Investimentos para 2021.

Porto Feliz, 01 de setembro de 2021.

Daniela Regina Rodrigues Pires  
Superintendente do Instituto

Renata Santos Hugo  
Presidente do Conselho de Gestão

Caroline Santana Calisto  
Presidente do Conselho Fiscal

Felipe Mayrink Aranha  
Presidente do Comitê de Investimentos



**ANEXO I**

**POLITICA DE INVESTIMENTOS - OBJETIVO DE ALOCAÇÃO DOS  
INVESTIMENTOS PARA 2021.**

Tipo de Ativo	Limite Legislação	Limite Inferior	Alocação Atual	Alocação Objetivo	Limite Superior	Enquadramento
Titulos Públicos	100%	0%	7,11%	20%	100%	Art. 7º, I, "a"
Fundos 100% Titulos Públicos	100%	0%	66,18%	40%	100%	Art. 7º, I, "b"
Fundos de Índice 100% Titulos Públicos	100%	0%			100%	Art. 7º, I, "c"
Operações Compromissadas	5%	0%			5%	Art. 7º, II
Fundos Renda Fixa Referenciados	60%	0%			60%	Art. 7º, III, "a"
Fundos de Índice Renda Fixa Referenciados	60%	0%			60%	Art. 7º, III, "b"
Fundos de Renda Fixa	40%	0%			40%	Art. 7º, IV, "a"
Fundos de Índice de Renda Fixa	40%	0%			40%	Art. 7º, IV, "b"
Letras Imobiliárias Garantidas	20%	0%			20%	Art. 7º, V, "b"
Cédula de Depósito Bancário	15%	0%			15%	Art. 7º, VI, "a"
Poupança	15%	0%			15%	Art. 7º, VI, "b"
Cota Sênior de FIDC	5%	0%			5%	Art. 7º, VII, "a"
Fundos Renda Fixa "Crédito Privado"	5%	0%			5%	Art. 7º, VII, "b"
Fundo de Debêntures	5%	0%			5%	Art. 7º, VII, "c"
Fundos de Ações Referenciados	30%	0%	9,80%	10%	30%	Art. 8º, I, "a"
Fundos de Índices Referenciados	30%	0%			30%	Art. 8º, I, "b"
Fundos de Ações	20%	0%	6,06%	10%	20%	Art. 8º, II, "a"
Fundos de Índice de Ações	20%	0%			20%	Art. 8º, II, "b"
Fundos Multimercados	10%	0%	5,50%	10%	10%	Art. 8º, III
Fundos de Participações	5%	0%			5%	Art. 8º, IV, "a"
Fundos de Investimentos Imobiliários	5%	0%			5%	Art. 8º, IV, "b"
Fundos de Ações - Mercado de Acesso	5%	0%			5%	Art. 8º, IV, "c"
Renda Fixa - Dívida Externa	10%	0%			10%	Art. 9º A, I
Fundos de Investimento no Exterior	10%	0%			10%	Art. 9º A, II
Ações - BDR Nível I	10%	0%	5,35%	10%	10%	Art. 9º A, III

12

*[Handwritten signatures and initials]*





**ANEXO II**

APROVAÇÃO DOS CONSELHOS DE GESTÃO, FISCAL E COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO PORTOPREV SOBRE O OBJETIVO DOS INVESTIMENTOS PARA 2021, ESTIPULADO NO ANEXO I.

**CONSELHO DE GESTÃO**

Renata Santos Hugo

Leonardo Bronze Segga

Maria Regina Taborda Brugnaró

Simone Soncin Diana Viture da Silva

Bruna Silva de Carvalho

Tiago Aparecido Páscoli Servelin

Daniele Campos de Camargo

**CONSELHO FISCAL**

Caroline Santana Calisto

Andrea Moraes Piva

Reinaldo Antônio da Silva

**COMITÊ DE INVESTIMENTOS**

Felipe Mayrink Aranha

Mayckel Wanderson dos Santos Camargo

Murilo Henrique Felix



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS  
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSS  
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

**DEMONSTRATIVO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - DPIN  
DECLARAÇÃO DE VERACIDADE**

Ente Federativo	UF	CNPJ	Unidade Gestora do RPPS	CNPJ
Porto Feliz	SP	46004481000793	Instituto de Previdência Social dos Servidores	07381646000105
Exercício	Data de Envio		Ratificação Sim/Não	
2021	30/09/21 17:30		Sim	

Assim, no termo da Lei nº 10.741, todos os fins de direito, que as informações constantes do Demonstrativo da Política de Investimentos - DPIN acima identificado, cujas estratégias de alocação dos recursos foram-se demonstradas no quadro abaixo, correspondem à política anual de aplicação de recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS nos termos da Resolução do Conselho Monetário Nacional. Estamos cientes de que a emissão de informações no DPIN ou a inserção de informações falsas ou diversas das que deveriam constar, que possam resultar na emissão indevida do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP, será passível de comunicação ao Ministério Público Federal, para que se apure a eventual prática do crime de falsidade ideológica, tipificado no artigo 293 do Código Penal.





**DEMONSTRATIVO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - DPIN  
 DECLARAÇÃO DE VERACIDADE**

ESTRATÉGIAS DE ALOCAÇÃO		LIMITE DA RESOLUÇÃO CWIN %	ESTRATEGIA DE ALOCAÇÃO - POLÍTICA DE INVESTIMENTO DE 2021		
SEGMENTO	TIPO DE ATIVO		LIMITE INFERIOR (%)	ESTRATEGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR (%)
Renda Fixa	Títulos Públicos de emissão do TN - Art. 7º, I, a	100,00	0,00	20,00	100,00
Renda Fixa	FI 100% Ilíquidos TN - Art. 7º, I, b	100,00	0,00	40,00	100,00
Fundo Variável e Investimentos Estruturados	FI de Ações - Índices de no mínimo 50 ações - Art. 8º, I, a	30,00	0,00	10,00	30,00
Fundo Variável e Investimentos Estruturados	FI de Ações - Geral - Art. 8º, II, a	20,00	0,00	10,00	20,00
Renda Variável e Investimentos Estruturados	FI Multissetor - Aberto - Art. 8º, III	10,00	0,00	10,00	10,00
Investimentos no Exterior	Fundo de Ações BDR Nível 1 - Art. 9º-A, III	10,00	0,00	10,00	10,00

RESPONSÁVEIS PELA GESTÃO DE RECURSOS DO RPPS	
CPF	ASS.: 
14979215880	DIRETOR
	CARGO
	Nome: DANIELA REGINA RODRIGUES PIRES

**Daniela Regina Rodrigues Pires**  
 RG: nº 24.753.370-1 - Matr: 81  
 Superintendente

**Resultado do Envio do Arquivo de Declaração de Veracidade das Políticas de Investimentos**

O arquivo foi enviado com sucesso.

[Voltar](#)

[Saltar para o Início \[1\]](#) [Saltar para o Menu \[2\]](#)  
[Saltar para o conteúdo \[3\]](#)

Versão: 1.46.0.1.00  
(16/09/2021 13:59:19)





**Resultado do Envio Arquivo Digitalizado da Políticas de Investimentos - DPIN**

O arquivo foi enviado com sucesso.

**Voltar**

[Saltar para o início \[1\]](#) [Saltar para o Menu \[2\]](#)  
[Saltar para o conteúdo \[3\]](#)

Versão: 1.46.0.1.00  
(16/09/2021 13:59:19)

*Revisão Setembro 2021*